

## ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, representante titular do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Antônio Carlos Biscaia, representante titular do Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Tiago Falcão Silva, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Brasilino Pereira dos Santos, representante titular da Procuradoria-Geral da República; José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Participaram também da Sessão servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, apresentou os novos membros do Conselho e os convidados. Em seguida, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2006; 2) Apresentação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI; 3) Apreciação dos Projetos Interagir e Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública; 4) Apreciação de 57 projetos municipais; 5) Autorização para Aquisição Direta de: materiais/equipamentos para os laboratórios de DNA; Fonética, Toxicologia e Identificação.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o Presidente consultou o colegiado sobre a possibilidade de inversão do ponto de pauta referente ao PRONASCI, em razão de compromissos assumidos pelo Dr. Ronaldo Teixeira, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e, com a aquiescência do Conselho, foi concedida a palavra ao Dr. Ronaldo que fez a apresentação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do qual onde foram destacados os seguintes pontos: 1) a criação do PRONASCI; 2) os principais conceitos do Programa; 3) a composição do PRONASCI (94 ações); 4) o foco do Programa, que será direcionado para: a) o jovem: preso, egresso do sistema prisional e os adolescentes em conflito com a lei; b) os operadores de segurança pública e os agentes penitenciários; e c) o território, que abrangerá 11 regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Recife, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre, Distrito Federal (Entorno), Salvador, Maceió e Belém; 5) As ações estruturais do PRONASCI, dentre as quais foram citadas: a) a regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP; b) a criação da lei orgânica das polícias civis; c) a bolsa formação; d) a elevação remuneratória dos policiais; e) a moradia (para policiais civis, militares, bombeiros militares e agentes penitenciários de baixa renda); e f) a criação de estabelecimentos penais especiais para mulheres e jovens; 6) As ações locais do PRONASCI, que se dividem em: a) programa 1 – território de paz; b) programa 2 – integração do jovem e da família; e c) programa 3 – segurança e convivência; 7) As parcerias: a) 14 ministérios que atuarão nas ações de cunho social e formativo; b) a União, os Estados e Municípios, os quais atuarão num modelo de gestão compartilhada; c) a Caixa Econômica Federal; e d) A Fundação Getúlio Vargas, que irá monitorar a implementação do programa; 8) O orçamento do PRONASCI, que será de 6,7 bilhões em 04 anos. E por fim, o Dr. Ronaldo esclareceu que o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional manter-se-ão, porque os R\$ 6 bilhões do PRONASCI serão complementares no referido período ao Orçamento ordinário do Ministério da Justiça. O Dr. Ronaldo encerrou sua participação, declarando que o interesse do Ministro da Justiça na exposição do tema foi compartilhar a visão do PRONASCI com o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, para que este possa, juntamente com o Ministério da Justiça, apoiar os projetos do FNSP que seguem a mesma sistemática do PRONASCI. Finda a apresentação, alguns Conselheiros elogiaram a iniciativa do Ministro da Justiça e fizeram comentários gerais sobre o Programa.

Na Sequência, o Presidente retomou a pauta destacando que o primeiro ponto refere-se à aprovação de atas pendentes, as quais refletiam discussões feitas por alguns conselheiros não mais integrantes do Conselho, razão pela qual a sua proposta consiste em referendar as atas pendentes, caso o Conselho concorde. O Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz ponderou que, muito embora os novos conselheiros não tivessem participado das discussões registradas nas atas em questão, deveriam tomar conhecimento do seu conteúdo destas, haja vista que caberá aos atuais membros do Conselho deliberar sobre a aprovação dessas atas. O Presidente, com a concordância de todos, determinou que as atas pendentes fossem encaminhadas aos atuais membros do Conselho, ficando para a próxima reunião a deliberação sobre o tema.

Antes do início do próximo ponto da pauta, o Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos ressaltou que no exercício de 2006 o Conselho Gestor aprovou diversos projetos, contudo, até o momento, o Colegiado não havia sido informado sobre a execução destes projetos, bem como da correta aplicação dos recursos

liberados, questionado se não seria possível a SENASP informar ao Conselho sobre o cumprimento das proposições expostas nos referidos projetos, bem como de seus resultados, para que o Conselho disponha de meios que propicie uma avaliação acerca do que foi feito e certificar-se de que os recursos foram efetivamente utilizados dentro da finalidade proposta. O Presidente informou que as prestações de contas dos convênios firmados com os Estados e os Municípios são avaliadas pela SENASP e questionou ao representante da SENASP se seria possível apresentar ao Colegiado as prestações de contas referentes ao exercício de 2006. O Conselheiro Antônio Carlos Biscaia, em razão do curto período à frente da SENASP, solicitou ao Dr. Sidnei Borges Fidalgo, Diretor de Execução e Avaliação do PNSP, que respondesse ao Colegiado o ponto questionado, o qual informou que a Lei nº 10.201/2001, que instituiu o Fundo concede, ao ente beneficiado pelos recursos do FNSP, o prazo de 02 anos para a execução do convênio. Assim sendo, as prestações de contas analisadas e aprovadas em 2006 se referem a outros exercícios, ponderando que as prestações de contas dos convênios firmados em 2006 serão analisadas a partir de 2008. O Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz argumentou que alguns projetos são executados com prazo inferior a 02 anos. O Dr. Sidnei ponderou mais uma vez que a grande maioria dos convenientes utiliza o prazo máximo definido na lei. Os Conselheiros José Ricardo e Felipe Daruich Neto alertaram que é necessário que o Conselho Gestor saiba como os recursos estão sendo ou foram aplicados, para que possam melhor avaliar e deliberar acerca das aprovações dos novos projetos. O Presidente declarou que a solicitação dos Conselheiros é pertinente, porém, em razão do prazo legal não seria possível, neste ano, a SENASP informar ao Colegiado os resultados dos convênios de 2006. Não obstante, o Presidente questionou ao Dr. Sidnei como é feito o acompanhamento dos convênios em execução. O Dr. Sidnei informou que o acompanhamento da execução é feito por meio de fiscalização “in loco”, acrescentando que estes convênios são também objeto de auditorias da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, os quais, sempre que necessário, encaminham à SENASP os seus relatórios. O Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos ressaltou que no artigo 5º da Lei nº 10.201 registra que os entes federados beneficiados com recursos do FNSP prestarão ao Conselho Gestor e à Secretaria Nacional de Segurança Pública informações sobre o desempenho de suas ações na área da segurança pública. Acrescentou também que o regimento interno (art. 2º) do Conselho assinala que uma das competências do colegiado é acompanhar a gestão econômica e financeira dos recursos e o desempenho das ações realizadas. O Conselheiro Tiago Falcão Silva sugeriu que em cada reunião do Conselho Gestor fosse aberto um pequeno espaço para uma apresentação resumida das constatações auferidas pela SENASP e pelos órgãos do controle externos nas auditorias e nas análises das prestações de contas dos convênios, para que os conselheiros pudessem ter um retorno acerca dos projetos aprovados. O Conselheiro Antônio Carlos Biscaia declarou que estava inteirando-se das questões ali expostas, ponderando que como executor da lei também tem, assim como os demais Conselheiros, talvez até em grau mais elevado, extrema preocupação com a gestão e a aplicação dos recursos públicos e que por isto sempre tem um rigor completo e absoluto sobre estas questões. O Conselheiro informou ainda que verificará na SENASP a possibilidade de encaminhar aos Conselheiros regularmente relatórios contendo as aprovações de prestações de contas dos convênios. Na seqüência, o Presidente propôs que na próxima reunião fosse feita uma exposição ao Colegiado sobre as avaliações das prestações de contas dos convênios, assim os Conselheiros compreenderão mais detalhadamente o tema e, conjuntamente com a SENASP, poderão identificar algum mecanismo que facilite o envio regular dessas informações ao Conselho. Ainda dentro do contexto em discussão, o Conselheiro Felipe Daruich Neto fez considerações sobre os percentuais de contrapartida vigentes, ponderando que, razão da flexibilidade dada pela Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, os critérios atuais poderiam ser reavaliados, exemplificando que estados e municípios mais estruturados poderiam dar uma contrapartida maior, assim sobriariam recursos do Fundo que poderiam ser investidos em estados e municípios em condições mais precárias. O Presidente acrescentou que um outro critério a ser avaliado seria o de se estabelecer contrapartidas diferenciadas do ponto de vista dos métodos de segurança pública adotados pelo estado. Ou seja, projetos inovadores poderiam ter contrapartida reduzida, já os projetos tradicionais, como as aquisições de viaturas, de coletes e de armamento, teriam contrapartida mais elevada, como forma de estimular os Estados a desenvolverem políticas de segurança pública mais efetivas. Ademais, o Presidente sugeriu que a SENASP, a fim de subsidiar o colegiado, fizesse uma avaliação dos limites mínimos e máximos da LDO, para que o Conselho discuta qual o mecanismo poderá ser introduzido com vistas a regulamentar de forma mais qualitativamente a contrapartida. Na seqüência, o Dr. Ricardo Brisolla Balestreri foi convidado para apresentar o segundo item da pauta, o qual inicialmente informou que apenas o Projeto Interagir seria apresentado. O Dr. Balestreri fez as considerações gerais acerca do projeto e passou a palavra à Dra. Juliana Barroso que apresentou os detalhes técnicos do projeto. A mencionada Técnica esclareceu os seguintes pontos: o objetivo do projeto é o envio de livros para 117 academias de polícia e outras instituições de ensino de segurança pública, incluindo algumas de Guardas Municipais; a seleção dos 68 títulos para distribuição foi realizada com base na matriz curricular da SENASP, e perfazem um total de 750 exemplares por academia e o valor estimado para o projeto que é de R\$ 3.000.000,00. Em seguida, alguns conselheiros questionaram por quem e como foi o critério de seleção dos títulos. A Técnica explicou que foi constituído um grupo de trabalho de

profissionais de diversas áreas profissionais, os quais foram escolhidos por meio de um processo seletivo. O grupo trabalhou em cima de mapas de competências definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. O Grupo também elaborou o conteúdo programático da matriz curricular da SENASP, que foi norteada por diversas bibliografias, as quais compõem a relação de títulos ora pleiteada. Posteriormente, o projeto foi colocado em votação, porém, os Conselheiros, por estarem se inteirando do projeto naquele momento, solicitaram que a Nota Técnica do projeto fosse remetida previamente aos membros do colegiado, a fim de propiciar uma análise mais criteriosa. Portanto, a votação em questão ficou para a próxima reunião.

Dando prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra à Dra. Cristina Gross Villanova para a apresentação dos projetos municipais. Inicialmente, a servidora fez algumas considerações sobre a conformidade dos pleitos municipais à política implementada pela SENASP, bem como dos critérios de análise dos projetos. Após, o Conselheiro Felipe Daruich Neto declarou que havia feito uma análise geral dos projetos e que constataria que vários municípios solicitaram muitos itens semelhantes (microcomputadores, impressoras, dvd's etc.), questionando se não seria possível a SENASP fazer um pregão para registro de preço destes bens, visando posterior doação aos municípios, porque o ganho para administração pública seria imenso. Neste contexto, houve a intervenção do Dr. Sidnei, esclarecendo que a SENASP não dispõe de infraestrutura e nem de pessoal para a realização de toda a logística necessária para a realização dos procedimentos licitatórios. Ainda com relação à análise geral dos projetos, o Conselheiro Tiago Falcão Silva relatou que observou uma dispersão muito grande de valores para itens semelhantes, propondo que fosse feita uma padronização das especificações de alguns itens, exemplificando que constatou grandes oscilações nos preços de microcomputadores, veículos, hora/aula, elaboração de diagnóstico, dentre outros. O Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos, complementando as considerações feitas pelo Conselheiro Tiago Falcão Silva, declarou que também havia encontrado grandes discrepâncias de preços nos rádios transmissores (HT's), bicicletas, capacetes, etc. O Conselheiro declarou que as oscilações de preços em itens semelhantes causam apreensões, sugerindo que, para não prejudicar o município, na votação desses projetos, esses itens fossem excluídos. O Dr. Sidnei explicou que os Planos de Trabalhos registram valores estimados e que posteriormente será feito o processo licitatório que corrigirá estas discrepâncias. O Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos argumentou que o colegiado aprova valores, os quais não podem estar fora da realidade de mercado. O Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz argumentou que as variações de preço de diversos itens, apesar da aparente semelhança, ocorrem em razão da especificidade de uso, exemplificando que um capacete utilizado por policiais da equipe de rua, de montanha, de combate a incêndio ou de ciclista terá valores bem distintos. Após estas considerações, o Conselheiro Brasilino questionou se após os procedimentos licitatórios, os valores estimados a maior retornariam ao Fundo. O Dr. Sidnei explicou que nesses casos, o conveniente envia à SENASP o pedido de reformulação do Plano de Trabalho para aumentar o quantitativo de itens, contudo, se o conveniente não procede dessa forma, tal ocorrência implica na devolução de recurso, o qual irá para a conta do Tesouro Nacional. Feitas estas colocações, o Conselheiro Felipe Daruich Neto voltou a relatar que tais distorções de preços poderiam ser plenamente sanadas pela compra direta. O Presidente declarou que no MJ a capacidade das equipes envolvidas nesse processo (elaboração de termos de referência, realização de pregão, gestão dos contratos etc.) está completamente saturada, exemplificando que, para atender todas às demandas relacionadas aos Jogos Pan Americanos, o Ministério precisou de ajuda extra. O Presidente afirmou que são enormes e indiscutíveis os benefícios da aquisição direta, porém, há uma grande carência de pessoal no Ministério da Justiça, acrescentando que por reiteradas vezes o MJ solicitou ao Ministério do Planejamento a ampliação de seu quadro, mas até o momento tais reivindicações ainda não foram atendidas. O Presidente reiterou que por absoluta falta de pessoal não seria possível expandir a política de aquisição direta. Ademais, o Presidente ressaltou que uma das formas de amenizar o problema das oscilações exorbitantes seria a elaboração de uma tabela, na qual fosse registrado o preço máximo para os itens mais solicitados, alertando, no entanto, que este instrumento terá que ser divulgado aos estados/municípios antes do recebimento dos projetos. Além disso, o Presidente propôs que no início do próximo exercício o Conselho realize uma reunião para discutir temas como: a solução ora comentada em relação à variação de preços, a alteração de contrapartida, a mudança de critérios para distribuição de recursos, dentre outros. Em seguida, o Presidente declarou aberta a palavra para manifestação dos Conselheiros quanto à situação dos projetos ora em pauta. O Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos declarou que mantinha o seu posicionamento, ou seja, só aprovará o projeto no qual foi identificada grande discrepância de preço, desde que tal item seja excluído, porque não aprovará projeto com preço em suspeição, solicitando que fosse consignado em ata que não aceitará a aprovação global desses projetos. O Presidente ressaltou que nenhuma decisão fora tomada no que concerne à aprovação dos projetos e declarou que os posicionamentos dos Conselheiros sempre serão respeitados porque cabe ao Conselho o papel de orientar o Ministério da Justiça na boa, regular, correta, honesta e eficaz aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz destacou que as oscilações de preços apontadas refletiam em aproximadamente 10% dos

projetos constantes da pauta e questionou qual havia sido a sistemática de aprovação dos projetos adotada pela composição anterior do CGFNSP. A Técnica Cristina declarou que era feita a apresentação de cada projeto e em seguida o Colegiado deliberava. Dito isto, o mencionado Conselheiro indagou se não poderia ser adotado o mesmo método. A Técnica declarou que estava à disposição do Conselho e apresentaria os projetos na forma que fosse solicitada. O Presidente consultou o Colegiado se a decisão era pela apresentação dos projetos individualmente ou, por indicação dos Conselheiros, conforme as dúvidas e/ou constatações forem identificadas. Com a aquiescência de todos os membros, o Presidente solicitou à Técnica que fizesse a apresentação individual dos projetos. Assim, foram apresentados os seguintes projetos.

PROJETOS MUNICIPAIS				CONCEDENTE		
	Município	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	Volta Redonda – RJ	01314/2006-05	Modernização e capacitação da Guarda Municipal e desenvolvimento de ações de prevenção a violência e criminalidade do município de Volta Redonda – RJ	51.213,84	33.988,00	85.201,84
2	Uruguaiana - RS	001462/2006-11	Aperfeiçoamento e Atualização da Guarda Municipal	96.000,00	64.000,00	160.000,00
3	Ubatuba - SP	004488/2005-31	Modernização da Guarda Municipal de Ubatuba e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana e Assistência aos Turistas.	54.233,60	144.176,00	198.409,60
4	Tatuí- SP	003038/2006-10	Projeto SENASP para a Modernização da GCM de Tatuí e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana e Rural do Município de Tatuí.	72.976,00	47.200,00	120.176,00
5	Taboão da Serra-SP	001631/2006-13	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	245.040,00	229.680,00	474.720,00
6	Sorocaba - SP	001356/2006-38	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Preventivas de Segurança Urbana	119.346,40	144.000,00	263.346,40
7	São Sebastião do Paraíso - MG	003486/2007-96	Projeto de Prevenção à Violência e criminalidade "Educando Para o Trânsito"	120.000,00	80.000,00	200.000,00
8	São Sebastião do Caí - RS	001711/2006-79	Reaparelhamento da Guarda Municipal de São Sebastião do Caí -RS	31.092,80	64.187,20	95.280,00
9	São Pedro - SP	001255/2006-67	Modernização e qualificação de recursos humanos e Atualização Técnica da Guarda Civil Municipal de São Pedro	26.868,50	54.320,00	81.188,50
10	São Luis-MA	001370/2007-12	Modernização da Guarda Municipal de São Luis	212.958,00	487.035,00	699.993,00
11	São José dos Pinhais - PR	001354/2006-49	Gestão de qualidade da Guarda Municipal	33.944,00	57.880,00	91.824,00
12	São Gonçalo do Amarante-CE	002870/2006-19	Modernização da Guarda Civil Metropolitana de São Gonçalo do Amarante/CE	80.857,04	78.120,00	158.977,04
13	São Bernardo do Campo-SP	002039/2007-10	Continuidade do Programa "Educando para a Vida" da Guarda Municipal	352.000,00	0,00	352.000,00
14	Santo André-SP	001203/2007-71	Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública do Município de Santo André - PNAPO	0,00	310.640,00	310.640,00
15	Santarém - PA	08020.001712/2006-13	Fortalecimento da Segurança Pública em Santarém	150.000,00	100.000,00	250.000,00
16	Santa Gertrudes – SP	001627/2006-55	Modernização da Guarda Civil municipal de Santa Gertrudes	10.536,00	58.824,00	69.360,00

17	Santa Bárbara D'Oeste - SP	001709-2006-08	Projeto Municipal de Segurança Pública - Prefeitura municipal de Santa Bárbara D'Oeste.	69.024,00	49.120,00	118.144,00
18	Recife - PE	001656/2006-17	Projeto para Guarda Municipal - Projeto Segurança Cidadã	933.997,50	632.133,00	1.566.130,50
19	Ponta Grossa - PR	002747/2006-70	Modernização e reaparelhamento da Guarda Municipal, bem como dar continuidade às ações integradas já desenvolvidas e dar início às ações sócio-educativas através do Projeto "Casa Tarefa".	111.446,91	49.083,80	160.530,71
20	Paulo Afonso - BA	001702-2006-88	Capacitação da Guarda Municipal de Paulo Afonso	244.444,14	142.650,00	387.094,14
21	Osasco - SP	001714/2006-11	Desenvolvimento Profissional da GCM	201.941,00	196.596,64	398.537,64
22	Osasco - SP	001853/2007-17	Monitoramento Estratégico de Segurança da Cidade	0,00	800.000,00	800.000,00
23	Novo Hamburgo - RS	001293/2006-10	Modernização da Guarda Municipal	163.870,40	180.438,40	344.308,80
24	Nova Friburgo - RJ	002282/2006-85	Revitalização da Guarda Municipal	137.682,00	21.786,00	159.468,00
25	Monte Mor - SP	001708/2006-56	Readequação da Guarda Civil Municipal	47.296,00	196.988,00	244.284,00
26	Monte Alto - SP	001360/2006-04	Modernização da Guarda Municipal	134.488,70	49.080,00	183.568,70
27	Mogi Mirim - SP	01884/2006-97	Modernização da Guarda Municipal	59.392,00	107.840,00	167.232,00
28	Mogi Guaçu - SP	001635/2006-00	Projeto de Modernização da Guarda Municipal de Mogi Guaçu.	74.368,00	85.520,00	159.888,00
29	Matão - SP	001255/2006-67	Matão - "Cidadania e Segurança"	62.448,00	100.136,00	162.584,00
30	Mata de São João - BA	006946/2006-85	Qualificação para Guarda Municipal Matense	36.856,50	29.000,00	65.856,50
31	Marechal Deodoro - AL	001536/2006-10	Reaparelhamento da Guarda Municipal de Marechal Deodoro/AL	58.353,30	41.155,20	99.508,50
32	Maranguape - CE	001343/2007-69	Guarda Cidadã	83.502,00	55.209,60	138.711,60
33	Luziânia - GO	001626/2006-19	Segurança Comunitária do Jardim Mingone	91.468,00	87.710,00	179.178,00
34	Itapissuma - PE	000602/2006-34	Projeto Prevenção com Segurança	35.120,00	34.880,00	70.000,00
35	Itapeva - SP	000365/2006-30	Modernização da Guarda Municipal do Município de Itapeva	123.056,00	82.037,33	205.093,33
36	Itapeverica da Serra - SP	001716/2006-00	Modernização da Guarda Civil Municipal	41.847,20	156.310,40	198.157,60
37	Itambé - BA	003305/2007-21	Modernização da Guarda Municipal e Ações de Prevenção a Violência e Criminalidade	58.833,00	47.731,50	106.564,50
38	Itaboraí - RJ	001706/2006-66	Readequação da Guarda Municipal	89.295,20	51.968,00	141.263,20
39	Iperó - SP	017715/2006-79	Formação, Treinamento e Aparelhamento a Guarda Municipal e Ações Comunitárias	141.680,00	60.720,00	202.400,00
40	Guarulhos - SP	001829/2007-88	Instalação de Câmeras de Monitoramento do Centro de Guarulhos e Arredores, e Capacitação de Guardas Cíveis Municipais	262.083,33	558.916,67	821.000,00

41	Guarulhos-SP	002864/2007-14	Modernização e Adequação da Estrutura Física e Operacional da Guarda Civil Municipal de Guarulhos	454.166,67	1.717.166,67	2.171.333,34
42	Franca-SP	003078/2006-53	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	63.916,80	148.400,00	212.316,80
43	Fortaleza-CE	000196/2007-91	Reaparelhamento da Guarda Municipal	348.328,50	2.573.320,57	2.921.649,07
44	Fortaleza-CE	001341/2006-70	Cartografia da Criminalidade e Violência	263.439,30	137.400,00	400.839,30
45	Esteio-RS	003103/2007-80	Programa Jovem Cidadão Consciente	277.040,00	20.800,00	297.840,00
46	Estância Turística de Batatais-SP	001649/2007-04	Desenvolvimento das Ações Sociais, Prevenção e Modernização da Guarda Municipal	94.780,00	133.361,92	228.141,92
47	Correntina-BA	001511/2006-16	Guarda Cidadã	119.616,00	80.490,36	200.106,36
48	Contagem-MG	001094/2006-10	Implementação da Política Municipal de Segurança Pública de Contagem	55.100,00	297.000,00	352.100,00
49	Conchal-SP	001720/2006-60	Capacitação e Reaparelhamento da GM	46.968,00	85.384,00	132.352,00
50	Côcos-BA	001662/2006-74	Guarda Cidadã	40.780,00	66.645,18	107.425,18
51	Caxias-MA	001557/2006-35	Projeto Guarnicê	260.209,80	178.803,00	439.012,80
52	Capivari-SP	001615/2006-21	"Segurança ao Bem da Comunidade"	23.808,00	91.376,00	115.184,00
53	Canoas - RS	001433/2006-50	Projeto de Modernização da Guarda Municipal	238.932,00	128.000,00	366.932,00
54	Cachoeirinha - RS	002073/2006-11	Projeto Proteger	221.937,48	140.884,92	362.822,40
55	Belo Horizonte-MG	001350/2006-61	Guarda Municipal de Belo Horizonte: a construção de uma vocação comunitária	682.559,11	412.750,76	1.095.309,87
56	Balneário Pinhal-RS	000423/2007-88	Segurança Pública: compromisso de todos	62.502,80	42.137,60	104.640,40
57	Atibaia-SP	001922/2006-10	Implementação de Ações Integradas de Segurança Pública da Estância Turística de Atibaia.	62.448,00	77.198,40	139.646,40
58	Araçariguama - SP	004046/2006-01	Modernização da Guarda Municipal de Araçariguama para implantação de Ações Comunitárias	36.981,60	72.720,00	109.701,60
59	Alfenas -MG	001705/2006-11	Programa "Alfenas, Cidade Segura"	86.160,00	57.840,00	144.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>8.359.233,42</b>	<b>12.232.740,12</b>	<b>20.591.973,54</b>

À exceção dos projetos a seguir especificados, os demais projetos foram aprovados por unanimidade sem que houvesse a necessidade de registro especial.

No Projeto nº 001314/2006-05 (Volta Redonda/RJ), os Conselheiros Tiago e Felipe observaram que o valor constante na tabela geral dos projetos estava em desacordo com o da Nota Técnica. A Dra. Cristina declarou que os valores corretos do projeto são R\$ 85.201,84 do Fundo e R\$ 21.300,46 do Município. Na sequência, o projeto foi aprovado por unanimidade.

O Projeto nº 004488/2005-31 (Ubatuba/SP) foi aprovado por unanimidade, não obstante, o Conselheiro Felipe Daruich Neto apontou divergência entre o valor constante na tabela geral de projetos e a Nota Técnica. A Dra. Cristina informou que os valores corretos são R\$ 198.409,60 do Fundo e R\$ 49.602,40 do Município.

O Projeto nº 001631/2006-13 (Taboão da Serra/SP) foi aprovado por unanimidade, havendo, entretanto, ressalva do Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos, que constatou discrepâncias, em relação aos demais

projetos, no que tange aos preços cotados para as bicicletas e para os rádios HT, devendo, portanto, o município justificar os valores ou excluir os itens.

O Projeto nº 001356/2006-13 (Sorocaba/SP) foi aprovado, porém com ressalva feita pelo Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos, no que se refere aos preços cotados para o colete balístico e para os rádios HT, os quais se encontram muito abaixo do valor de mercado, devendo o município, portanto, justificar os valores ou excluir os itens.

O Projeto nº 001712/2006-13 (Santarém/PA) foi aprovado, registra-se, entretanto, a manifestação do Conselheiro Tiago Falcão Silva que questionou o gasto com a locação de auditório para capacitação da Guarda Municipal - GM. A Técnica Joana Lima Andréa informou que não sugeriu ao município a exclusão do item porque a interlocutora do município declarou a inexistência, no âmbito municipal, de auditório que comporte o número de GM's a serem capacitadas. Os Conselheiros, considerando as características do município, aprovaram este gasto.

O Projeto nº 001656/2006-17 (Recife/PE) foi aprovado, contudo houve ressalvas por parte dos Conselheiros Brasilino, Felipe e Tiago no que se refere ao elevado preço cotado para os seguintes itens: a câmera fotográfica, o notebook, o datashow, o gravador, o colete balístico, a filmadora e o álcool, devendo o município, portanto, justificar os valores ou excluir os itens.

O Projeto nº 002747/2006-70 (Ponta Grossa/PR) foi aprovado por unanimidade, contudo, cabe esclarecer, que a Técnica da SENASP, Bárbara Michelle Garcia Formoso, antecipadamente, declarou que havia divergência entre o valor constante na tabela geral de projetos e o da Nota Técnica, esclarecendo que os valores corretos são R\$ 160.530,71 do Fundo e R\$ 40.132,69 do Município.

O Projeto nº 0011853/2006-17 (Osasco/SP) foi aprovado por unanimidade, havendo, entretanto, ressalva do Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz no que se refere ao acentuado preço cotado para a central de ar condicionado, devendo o município, portanto, justificar o valor ou excluir o item.

O Projeto nº 001360/2006-04 (Monte Alto/SP) foi aprovado por unanimidade, contudo no decorrer da apreciação deste projeto, o Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos observou que constava na pauta da reunião uma grande quantidade de projetos de municípios do Estado de São Paulo e questionou se havia algum motivo específico para isso. A Dra. Cristina explicou que dois fatores contribuem para isto, primeiro porque a Lei do Fundo privilegia Municípios que possuem Guardas Municipais, e 70% das Guardas Municipais do País estão concentradas em municípios do Estado de São Paulo, segundo porque muitos municípios, embora carentes, não possuem recursos para a contrapartida. Dito isto, o Conselheiro Felipe Daruich Neto ponderou que muitos municípios necessitam de mais estrutura e de guardas municipais, todavia não conseguem solucionar estas questões exatamente porque não possuem recursos ou porque alguns nem têm ciência da existência de recursos federais que podem auxiliá-los nesse sentido. O Conselheiro declarou ainda que de certa forma considerava a distribuição de recursos injusta porque os locais que são alcançados, muito embora com problemas de segurança, possuem melhores condições, ficando de fora as cidades mais necessitadas. Assim, os municípios mais bem estruturados vão se aprimorando cada vez mais, enquanto que os demais, por terem dificuldades de se habilitarem para o recebimento de recursos, continuam como estão. O mesmo Conselheiro sugeriu que no futuro, o Conselho aja sobre esta situação criando novos mecanismos, como por exemplo, os diferenciais de percentuais de contrapartida já discutidos, a maior divulgação dos recursos do Fundo, mudanças de critérios para a seleção dos municípios e/ou projetos, dentre outros. O Conselheiro Brasilino declarou que também concordava com a maior democratização e redirecionamento dos recursos do Fundo. Os demais conselheiros declararam ser necessário o aprofundamento dessa questão no próximo ano.

O Projeto nº 001884/2006-97 (Mogi Mirim/SP) foi aprovado, com ressalva feita pelo Conselheiro Ricardo no que se refere ao preço das motocicletas, devendo o município prestar esclarecimentos acerca do preço.

O Projeto nº 001343/2007-69 (Maranguape/CE) foi aprovado, registra-se, porém, a ressalva feita pelo Conselheiro Tiago Falcão Silva quanto à necessidade do município justificar o baixo valor da hora/aula expresso no projeto.

O Projeto nº 001643/2006-19 (Luziânia/GO) não foi colocado em votação haja vista o Conselheiro Felipe Daruich Neto ter solicitado maiores esclarecimentos sobre a real necessidade dos quantitativos dos bens requeridos, bem como sobre a competência do Conselho Municipal no enfrentamento da problemática da violência.

O Projeto nº 001706/2006-66 (Itaboraí/RJ) foi aprovado por unanimidade, contudo ante a declaração da Técnica Joana Lima Andréa de que o município fora selecionado, os novos integrantes do Conselho solicitaram que na próxima reunião fosse feita uma apresentação ao Colegiado acerca dos critérios de distribuição de recursos para os Estados e Municípios, e ainda sobre a estrutura de funcionamento da SENASP.

O Projeto nº 017715/2006-79 (Iperó/SP) foi aprovado, porém, cabe registrar a ressalva feita pelo Conselheiro Tiago Falcão Silva sobre a necessidade de o município especificar as viaturas solicitadas, haja vista a impossibilidade de se verificar a elevação ou não dos valores apresentados.

O Projeto nº 001341/2006-70 (Fortaleza/CE) foi aprovado com unanimidade, destacam-se as seguintes ressalvas: a) O Conselheiro Tiago Falcão Silva declarou ser necessário o município detalhar quais os custos de cada serviço a ser realizado pela consultoria pretendida, para não haver duplicidade de pagamentos nem omissão de serviço; b) O Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos solicitou que fosse feita uma revisão do valor do “pen drive” apresentado.

O Projeto nº 000196/2007-91 (Fortaleza/CE) foi aprovado, contudo o Conselheiro Ricardo pediu que fosse solicitado ao município que especificasse no projeto qual o tipo de armamento não letal a ser adquirido.

Na apreciação do Projeto nº 003103/2007-80 (Esteio/RS) foi destacado que o foco do projeto está nos jovens, fato que ensejou as seguintes manifestações: a) o Conselheiro Tiago Falcão Silva destacou que todos os programas do Governo Federal para a juventude estão em reformulação, em razão disto, questionou se as proposições do projeto estavam em conformidade com o novo modelo geral apresentado pelo Governo; b) o mesmo Conselheiro declarou que embora no projeto não estivesse explícita a forma de pagamento das bolsas, as características do projeto levavam a afirmar que este previa o repasse de recursos do Fundo para o pagamento de bolsa e alertou que o uso de recursos federais para o pagamento de bolsa é feito por meio de uma lei específica. Face às alegações feitas, o colegiado decidiu pela suspensão do projeto a fim de que as dúvidas suscitadas fossem devidamente esclarecidas pelo Município.

O Projeto nº 001350/2006-61 (Belo Horizonte/MG) foi aprovado sem ressalvas, não obstante, registra-se a seguinte manifestação. O Conselheiro Felipe Daruich Neto observou que anteriormente havia sido aprovado um projeto do Município de Contagem/MG, cujas características assemelhavam-se às do projeto ora apresentado. Face ao constatado, o Conselheiro afirmou que não só os municípios de Contagem e de Belo Horizonte, como também vários outros mencionados na reunião, são geograficamente próximos e indagou se há algum tipo de controle a fim de se evitar que pleitos antagônicos ocorram na mesma região. A Dra. Cristina declarou que os projetos municipais seguem a matriz curricular e as diretrizes da SENASP, não sendo, portanto, possível tal situação. Dito isto, o mesmo Conselheiro sugeriu que então fossem adotadas ações conjuntas e/ou complementares, o que evitaria duplicidades de ações, bem como possibilitaria economia de recursos e um alcance maior de pessoas. A Dra. Cristina declarou que a proposta do Conselheiro enquadra-se à ação denominada “consórcio metropolitano”, utilizada algumas vezes pela SENASP, porém, em razão de falta de pessoal, no momento, a SENASP não está implementando essa ação. O Conselheiro Felipe Daruich Neto solicitou que fosse consignado em ata que quando no mesmo período, dois, três ou mais municípios da mesma região metropolitana apresentassem projetos distintos, que fosse analisada a possibilidade de realização de consórcios metropolitanos, os quais são regulamentados por legislação específica. Por fim, o Conselheiro ressaltou mais uma vez a importância do citado instrumento, haja vista a economia e os resultados que proporciona. Dito isto, a Dra. Cristina voltou a ponderar que a sua aplicação estava prejudicada em razão da carência de pessoal na SENASP.

O Projeto nº 001922/2006-10 (Atibaia/SP) foi aprovado com ressalva feita pelo Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos no que se refere ao preço assinalado para os computadores, devendo o município apresentar justificativa para o preço proposto.

Finda a apresentação dos projetos municipais, foi concedida a palavra ao Dr. Paulo Roberto Fagundes para apresentação do Item 5 da pauta. Inicialmente, o citado servidor explicou que até recentemente estava à frente da Coordenação da SENASP que gerencia as atividades relacionadas à área de polícia técnica, porém, havia deixado a Secretaria para ocupar outra função no Departamento de Polícia Federal, esclarecendo que estava participando da reunião na qualidade de colaborador. Em seguida, o servidor explicou que na área de polícia técnica foi feito um planejamento para capacitação e reaparelhamento das seguintes áreas: balística, toxicologia, fonética, DNA, identificação criminal e civil, medicina legal e com a possibilidade de inclusão de outras áreas, como capacitação em documentoscopia. O Servidor esclareceu que nem todas as áreas

citadas serão necessariamente contempladas com as duas ações (capacitação e reaparelhamento). Explicou que o setor responsável pela área de polícia técnica propõe as capacitações necessárias, porém a execução é feita pelo setor de valorização profissional. Quanto ao reaparelhamento, este é realizado por meio de aplicação direta (doação), sendo que a área mais destacada é a de DNA. Em seguida, detalhou as aquisições por área: a) na área de toxicologia serão adquiridos materiais para utilização em cursos, que são prático-teóricos; b) na área de forense serão adquiridos kits's para implantar laboratórios de fonética nos laboratórios de criminalística; c) na área de identificação civil e criminal serão oferecidos kits, compostos de material de consumo, laptops, câmera fotográfica, para atender uma política de governo de baixar os índices de sub-registros na área civil (carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho), porque com os kits os Estados podem unir forças ou montar uma estrutura mais interiorizada para que o cheguem aos rincões mais afastados da população e dar este benefício a eles. Finalizando, o servidor informou que excluindo a área de capacitação, as aquisições pretendidas somam R\$ 2.750.000,00 para compra de bens permanentes para laboratórios de DNA, de toxicologia e de identificações civil e criminal, R\$ 2.565.156,00 aproximadamente para materiais de consumo para área de DNA, de fonética, de toxicologia é R\$ 703.000,00 para softwares. O Conselheiro Felipe Daruich Neto questionou se havia previsão orçamentária para estas solicitações e em qual ação. O servidor declarou que há previsão orçamentária dentro da ação gestão do conhecimento. Dito isto, o conselheiro questionou a razão pela qual o Conselho deliberava sobre essas aquisições diretas. Em seguida, o Conselheiro José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz ressaltou a importância da área de perícia para as polícias e questionou qual o valor total a ser autorizado. O servidor declarou que o valor estimado é de R\$ 5.315.879,00. Após estes esclarecimentos, o Colegiado aprovou por unanimidade o pleito.

Por fim, o Dr. Sidnei informou ao Colegiado que o Dr. Fagundes gostaria de solicitar, extrapauta, a autorização do colegiado para o pagamento de um pequeno gasto pretérito na área de perícia, passando novamente a palavra ao Dr. Fagundes, o qual informou ao Colegiado que a SENASP, em parceria com a Fundação da Polícia Federal, realizou, meses atrás, o "Segundo Seminário Nacional em Documentoscopia", coube à Fundação a realização do evento e à SENASP o pagamento das 27 inscrições (uma vaga para cada Estado) no valor de R\$ 295,00, cujo valor total foi de R\$ 7.965,00, todavia, em razão do baixo valor, não foi solicitada a autorização do Conselho para o mencionado gasto, contudo, a Consultoria Jurídica/MJ entendeu ser necessário constar no processo o despacho autorizativo do colegiado porque o recurso é proveniente do Fundo. Ante ao exposto, os Conselheiros homologaram o gasto por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**

Presidente do CGFNPS

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Procuradoria-Geral da República